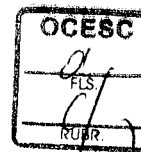


CNPJ: 75.568.154/0001-83

NIRE: 42.4.0000207-2



**(ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO LAURO
MÜLLER – COOPERMILA)**

(REFORMA ESTATUTÁRIA APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL
CONJUNTA EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA REALIZADA EM
20/03/2011)

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º. A Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller (Coopermila) é uma cooperativa singular, sem fins lucrativos, de responsabilidade limitada, com sede administrativa á Rua vinte de janeiro, nº 418, bairro Sumaré e foro jurídico no município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, regendo-se por este estatuto e disposições legais vigentes.

Capítulo II

DA DURAÇÃO, EXERCÍCIO SOCIAL E ÁREA DE AÇÃO

Art. 2º. O prazo de duração da Coopermila é indeterminado e o exercício social será compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 3º. A área de ação para efeito de admissão de associados abrangerá os municípios de Lauro Müller, Orleans e Urussanga.

Capítulo III

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 4º. A Coopermila tem por objetivo principal, o serviço público de distribuição de energia elétrica.

§ 1º. Como atos integrantes de seus objetivos, poderá a Coopermila:

a) Fornecer bens e serviços a não associados, dentro dos limites estabelecidos na legislação em vigor;

b) Promover os meios legais para fornecer e manter serviços de iluminação pública por solicitação de categorias de associados e/ou órgãos públicos, mediante a assinatura de contratos ou convênios, sendo estes de interesse social;

c) Financiar com recursos próprios a instalação de redes, linhas e ramais, mediante aprovação da assembleia geral;

d) Estabelecer intercâmbios, convênios ou contratos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, e importação ou exportação de equipamentos, bens e serviços, com o fim de elevar a competitividade da Coopermila e de seus cooperados;

e) Filiar-se a federações, centrais de prestação de serviços, a nível regional, estadual e nacional, preservados a sua individualidade e seu poder de decisão e atendida a intenção da assembleia geral.

§ 2º. A instalação de energia elétrica ao associado será feita por solicitação do interessado e mediante pagamento dos trabalhos e do material necessário à ligação na rede existente;

§ 3º. O atendimento aos associados será regido pelas disposições contidas na legislação que regulamenta o setor elétrico brasileiro.

Capítulo IV DOS ASSOCIADOS

Art. 5º. Poderá associar-se a Coopermila qualquer pessoa física, com unidade de consumo em sua área de ação, desde que adira ao presente estatuto.

§ 1º. Ressalvam-se neste artigo as exceções previstas no § 3º do art. 29º da lei cooperativista, estabelecendo-se que os associados admitidos por este dispositivo estarão impedidos de concorrer aos cargos sociais.

§ 2º. No ato de ingresso, o candidato deverá comprovar a legitimidade de sua pretensão, preencher os requisitos, que será registrada em cadastro individual próprio, sem os quais lhe será negada a admissão.

§ 3º. O número de associados não terá limite máximo, mas não poderá ser inferior a vinte pessoas físicas.

Art. 6º. Para associar-se o candidato preencherá a proposta de admissão fornecida pela Coopermila, assinando-a em companhia de um associado proponente.

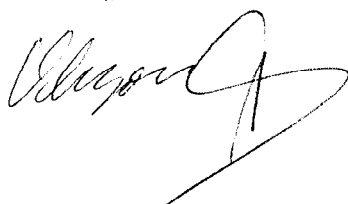
§ 1º. Verificada a exatidão das informações constantes na proposta e aceita esta pelo conselho de administração, o candidato e o presidente da Coopermila assinarão a ficha de matrícula.

§ 2º. O candidato só será considerado associado após subscrever o capital social.

Art. 7º. O associado tem direito a:

a) participar das assembleias gerais e votar todos os assuntos, ressalvados os casos previstos no art. 24º;

b) propor ao conselho de administração e à assembleia medidas de interesse da Coopermila;



c) votar e ser votado para todos os cargos eletivos, salvo se tiver estabelecido vínculo empregatício com a Coopermila, caso em que só readquirirão a condição de elegibilidade depois de aprovadas as contas do exercício em que se deu a desvinculação;

d) demitir-se da sociedade quando lhe convier;

e) realizar com a Coopermila todas as operações, objetos de sua filiação;

f) solicitar por escrito, quaisquer informações sobre os negócios da Coopermila e, antes da assembleia, consultar na sede da sociedade os livros e peças do balanço geral;

g) participar de todos os grupos, comitês ou comissões, criados no meio social da Coopermila.

Art. 8º. O associado tem o dever e a obrigação de:

a) subscrever e integralizar as cotas-partes do capital nos termos deste estatuto e contribuir com as taxas de serviços que forem estabelecidas;

b) cumprir as disposições da lei, este estatuto, as decisões da assembleia geral e respeitar as deliberações do conselho de administração;

c) satisfazer seus compromissos para com a Coopermila, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;

d) concorrer com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste estatuto, para cobertura das despesas da Coopermila;

e) prestar a Coopermila todos os esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultaram sua filiação;

f) zelar pelo patrimônio material e moral da Coopermila colocando os interesses da sociedade acima dos individuais;

g) denunciar qualquer atitude contrária aos interesses da Coopermila por parte de dirigentes, associados ou terceiros;

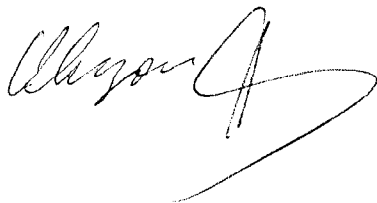
h) participar do rateio de perdas, sobras ou despesas na proporção direta da sua realização.

i) concordar com a passagem de linhas e redes de serviço da Coopermila pelas suas propriedades.

§ 1º. A responsabilidade do associado com compromissos da Coopermila assumidos de forma solidária perdura para os demitidos, eliminados, ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

§ 2º. As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a Coopermila e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros passam aos herdeiros, prescrevendo após um ano, contado do dia da abertura da sucessão.

§ 3º. Os herdeiros do associado falecido têm direito ao capital realizado e demais créditos do "de cujus", que lhe serão pagos de acordo com o que for determinado em alvará judicial.



Capítulo V DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 9º. A demissão do associado, que não pode ser negada, dar-se-á a seu pedido e será requerida ao presidente, sendo pôr este levada ao conselho de administração em sua primeira reunião.

§ único. A demissão será averbada na ficha de matrícula, a qual será assinada pelo presidente da Coopermila.

Art. 10º. A eliminação do associado é aplicada pelo conselho de administração e se dará pelos seguintes casos:

- a) infração à lei ou a este estatuto;
- b) exercício de qualquer atividade considerada pelo conselho de administração prejudicial à Coopermila ou que colida com seus objetivos;
- c) houver levado a Coopermila à prática de atos judiciais para obter cumprimento de obrigações por ele contraídas ou oriundas deste estatuto ou da lei;
- d) depois de notificado, voltar a infringir disposições da lei, deste estatuto, ou deliberações da assembleia geral.
- e) que não tenha operado com a cooperativa nos últimos 05 (cinco anos).

§ 1º. Cópia autenticada da decisão será remetida ao interessado dentro do prazo de trinta dias contados a partir do dia da decisão tomada pelo conselho de administração.


§ 2º. Se o associado não for encontrado ou estiver em lugar incerto ou não sabido, a notificação será procedida por edital publicado em jornal de circulação regional.

Art. 11º. A exclusão do associado se dará:

- a) por morte da pessoa física;
- b) por dissolução da pessoa jurídica;
- c) por incapacidade civil não suprida;
- d) por deixar de atender aos requisitos estatutários de permanência ou ingresso na Coopermila.

Parágrafo único. A exclusão do associado com fundamento no item "d" deste Art. será feita pelo conselho de administração procedendo de acordo com o § 1º do art. 10º.

Art. 12º. O associado excluído ou eliminado poderá, dentro do prazo de trinta dias, contados da data de conhecimento do fato, interpor recurso que terá efeito suspensivo até a realização da próxima assembleia geral.



Art. 13º. Em qualquer caso, como nos de demissão, eliminação ou exclusão, o associado terá direito à devolução do capital social que tiver integralizado e das sobras que lhe tiverem sido creditadas.

§ 1º. A restituição de que trata este artigo somente será realizada depois da assembleia geral que aprovar as contas do exercício em que se deu o desligamento e de forma que resguarde a estabilidade da empresa, podendo então ser realizada em parcelas mensais ou anuais de acordo com a decisão do conselho de administração.

§ 2º. Os deveres dos associados perduram para os demitidos ou eliminados, ou ainda excluídos, até a assembleia geral que aprove as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Capítulo VI DO CAPITAL SOCIAL

Art. 14º. O capital social da Coopermila é representado por cotas-partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mas nunca será inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) corrigidos anualmente no mês de janeiro pelo IGP-M da Fundação Getulio Vargas, ou outro indexador que venha a substituí-lo.

§ 1º. A cota-parte é indivisível, intransferível a não associados, não pode ser negociada nem dada em garantia, sua subscrição, realização, transferência ou restituição será escriturada na ficha de matrícula assinado pelo cedente e cessionário.

§ 2º. O capital social poderá ser integralizado à vista, ou em prestações devidamente estipuladas pelo conselho de administração.

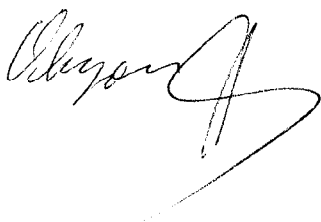
§ 3º. Para efeitos de integralização de cotas-partes ou aumento de capital social, a Coopermila poderá receber bens previamente avaliados e devidamente aprovados pela assembleia geral.

§ 4º. O capital social será corrigido anualmente de acordo com critérios oficiais e o resultado da correção creditado ao final do exercício, à conta capital do associado na proporção direta de sua integralização.

§ 5º. Aplicar-se arredondamento aritmético as variações apuradas para que não ocorram frações de cotas.

Art. 15º. O associado, para ser admitido, deverá subscrever no mínimo a quantidade de 203 cotas no valor de R\$ 203,00, (duzentos e três reais), corrigido anualmente no mês de janeiro pela variação do IGP-M acumulado da Fundação Getulio Vargas, ou outro indexador que venha a substituí-lo,

Parágrafo único. Aplicar-se arredondamento aritmético as variações apuradas no número de quotas a serem subscritas para que não ocorram frações de quotas.



Capítulo VII DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 16º. A assembleia geral dos associados é o órgão supremo da Coopermila, poderá ser ordinária ou extraordinária, tendo poderes para, dentro dos limites da lei e deste estatuto, tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

Art. 17º. A assembleia geral será convocada e dirigida pelo presidente, após deliberação do conselho de administração.

§ 1º. A assembleia geral poderá também ser convocada pelo conselho fiscal se houver motivos graves, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos, após uma solicitação não atendida.

§ 2º. Não poderá votar nem ser votado nas assembleias gerais o associado que:

- a) tenha sido admitido após a convocação da assembleia;
- b) esteja infringindo qualquer item dos arts. 7º e 8º.
- c) o associado que não tinha unidade de consumo operando com a cooperativa no exercício anterior a assembleia ou que tenha se associado na forma prevista na linha "a" poderá participar desta, mas não terá direito a voto nas deliberações.

Art. 18º. A assembleia geral ordinária ou extraordinária deve ser convocada com antecedência mínima de vinte dias.

Parágrafo único. O procedimento usual será de três convocações com intervalo de uma hora, podendo constar as três do mesmo edital.

Art. 19º. Não havendo quorum para instalação da assembleia convocada nos termos do Art. anterior será feita nova série de convocações, cada uma delas com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. Se ainda assim não houver quorum, será admitida a intenção de dissolver a Coopermila, fato que deve ser comunicado às autoridades do cooperativismo.

Art. 20º. Dos editais de convocação das assembleias gerais, deverão constar os seguintes dados:

a) denominação da Coopermila seguida da expressão: "Convocação da Assembleia Geral Ordinária" ou "Extraordinária".

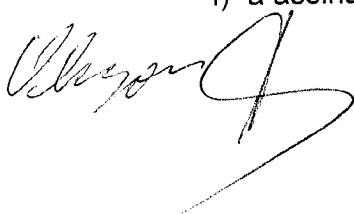
b) o dia e hora da reunião, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;

c) a seqüência numérica das convocações;

d) a ordem do dia dos trabalhos com as devidas especificações;

e) o número de associados existentes no dia da convocação para cálculo de quorum de instalação;

f) a assinatura do responsável pela convocação.



§ 1º. No caso de a convocação ter sido feita por associados, o edital será assinado pelos quatro primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º. Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências comumente freqüentadas pelos associados, publicados em jornais e comunicados através de circulares aos associados.

Art. 21º. O quorum para instalação da assembleia geral é o seguinte.

a) dois terços do número de associados em condições de votar, em primeira convocação;

b) a metade mais um dos associados em condições de votar, em segunda convocação;

c) o mínimo de dez associados em condições de votar, em terceira e última convocação.

Parágrafo único. Para efeito de verificação do quorum de que trata este artigo, o número de associados presentes em cada convocação será registrado pelas assinaturas apostas no livro de presença das assembleias gerais ou paginas produzidas por meio eletrônico registrando dados da cooperativa, das convocações e dos associados.

Art. 22º. É de competência das assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias a destituição dos membros do conselho de administração ou fiscalização.

Parágrafo único. Ocorrendo destituições que possam comprometer a administração ou a fiscalização da Coopermila, a assembleia nomeará administradores ou fiscais provisórios, que, no prazo de trinta dias, convocarão assembleia geral para eleição dos substitutos, que permanecerão no cargo até o vencimento do mandato dos antecessores.

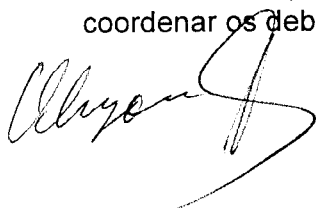
Art. 23º. Os trabalhos das assembleias gerais serão dirigidos pelo presidente, auxiliados pelo secretário da Coopermila, sendo por aquele convidado a participar da mesa os componentes do conselho de administração e os fiscais presentes.

§ 1º. Na ausência do secretário da Coopermila e de seu substituto, o presidente convidará um dos presentes, associado ou não, com devida aprovação da assembleia, para secretariá-la e lavrar a respectiva ata.

§ 2º. Quando não tiver sido convocada pelo presidente, a assembleia será dirigida e secretariada por associados escolhidos na ocasião, compondo a mesa os principais interessados na convocação.

Art. 24º. Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram, direta ou indiretamente, entre os quais o de prestação de contas, não ficando, entretanto, privados de tomar parte nos debates.

Art. 25º. Nas assembleias gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o presidente da Coopermila logo após a leitura do relatório do conselho de administração, das peças contábeis e do parecer do conselho fiscal, solicitará ao plenário para que indique um associado para coordenar os debates e a aprovação da matéria.



Parágrafo único. Transferida a direção dos trabalhos, o presidente e os fiscais permanecerão no local à disposição da assembleia para os esclarecimentos que lhes forem solicitados, reassumindo os trabalhos após a votação da matéria em questão.

Art. 26º. As deliberações das assembleias gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes da ordem do dia do edital de convocação.

§ 1º. Em regra, todas as votações nas assembleias serão a descoberto salvo decisão em contrário da própria assembleia.

§ 2º. O que ocorrer na assembleia deverá ser circunstanciado em ata ainda que de forma sucinta, lavrada em livro próprio ou folhas produzidas por meio eletrônico a qual após lida e aprovada ao seu final, será assinada pelo menos por dez associados presentes e em condições de voto.

§ 3º. As decisões nas assembleias gerais serão tomadas por maioria simples de votos dos associados em condições de votar, salvo nos casos previstos no art. 29º deste estatuto, tendo cada associado direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas-partes.

§ 4º. Prescreve em quatro anos a ação para anular deliberações das assembleias gerais viciadas de erro, dolo, fraude simulação ou tomadas com violação da lei, do estatuto, contado o prazo a partir da sua realização.

Capítulo VIII

DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 27º. A assembleia geral ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos meses de janeiro a março, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da "Ordem do Dia":

a) prestação de contas dos órgãos de administração acompanhadas do parecer do conselho fiscal e auditores independentes, compreendendo: relatório da gestão, balanço patrimonial e demonstrativo das sobras ou das perdas verificado decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Coopermila;

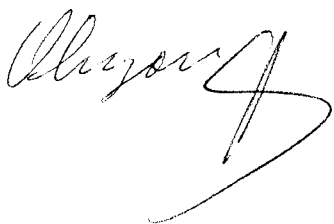
b) destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas deduzindo-se no primeiro caso as parcelas para os fundos obrigatórios;

c) eleição e posse dos membros do conselho de administração e conselho fiscal, quando for o caso;

d) fixação do pró-labore para dirigentes e de cédulas de presença para reuniões do conselho de administração e fiscal.

e) aprovação de plano de investimentos para o exercício seguinte;

f) quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no art. 29º deste estatuto.



§ 1º. Os membros dos órgãos de fiscalização e administração não poderão participar da votação das matérias constantes dos itens "a" e "d" deste artigo.

§ 2º. A aprovação do relatório e do balanço de contas dos órgãos de administração desonera seus componentes de responsabilidades, ressalvadas os casos de erro, dolo, fraude, ou simulação bem como, de infração a lei, ao estatuto, ou a decisões da assembleia geral.

Capítulo IX DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 28º. A assembleia geral extraordinária se realizará sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Coopermila, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 29º. É de competência exclusiva de a assembleia geral extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do estatuto;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança do objetivo social;
- d) dissolução voluntária da sociedade e nomeação do liquidante;
- e) contas do liquidante.

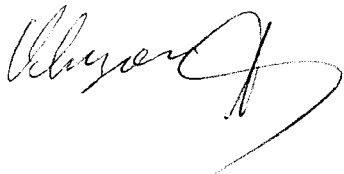
Parágrafo único. São necessários os votos de dois terços dos associados presentes em condições de votar, para tornar válidas as deliberações constantes neste artigo.

Capítulo X DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 30. A Coopermila será administrada por um conselho de administração composto por seis membros efetivos e dois suplentes, todos associados em pleno uso de seus direitos, eleitos para um mandato de quatro anos, sendo a cada mandato obrigatório a renovação de um terço dos membros.

§ 1º. O conselho de administração será composto pelos seguintes cargos:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário
- d) Conselheiro
- e) Conselheiro



f) Conselheiro

SUPLENTES:

- a) 1º Suplente;
- b) 2º Suplente.

§ 2º. Os administradores eleitos ou contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Coopermila, mas responderão solidariamente por prejuízos resultantes dos seus atos se agirem com culpa ou dolo.

§ 3º. A Coopermila responderá pelos atos acima citados se deles tiver logrado proveito ou se os tiver ratificado.

§ 4º. Os participantes de atos ou operações sociais onde se oculta a natureza da Coopermila podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 5º. O membro do conselho de administração que decidir concorrer a eleições públicas deverá licenciar-se de sua função sem remuneração no período compreendido entre o prazo mínimo estabelecido pela legislação eleitoral para desincompatibilização e o seu retorno deverá ocorrer até 5 (cinco) dias depois do pleito, da renúncia ou da não homologação da candidatura.

Art. 31º. São inelegíveis:

a) as pessoas impedidas por lei e os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade;

b) O membro do conselho de administração que ocupar o cargo de presidente e tenha sido eleito durante dois mandatos sucessivos.

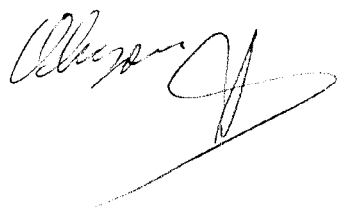
§ 1º. O associado, mesmo ocupante de cargo eletivo na sociedade, que em qualquer operação tiver interesse oposto ao da Coopermila, não poderá participar das deliberações que sobre tal operação versarem, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 2º. Os componentes do conselho de administração, conselho fiscal, assim como os liquidantes, se equiparam aos administradores da sociedade anônima para efeito de responsabilidade criminal.

§ 3º. Sem prejuízo de ação que possa caber a qualquer cooperado, a sociedade, por seus administradores, ou representada por associado escolhido em assembleia geral, terá direito de ação contra os administradores para promover a responsabilidade.

Art. 32º. O conselho de administração rege-se pelas seguintes normas:

a) reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente,



por maioria do conselho de administração, ou, ainda, por solicitação do conselho fiscal;

b) delibera validamente por decisão da maioria dos seus membros presentes, reservado ao presidente o exercício do voto de desempate;

c) as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio ou em paginas produzidas por meio eletrônico, lido, aprovadas assinadas ao final dos trabalhos pelos membros do conselho presente.

§ 1º. Nos impedimentos por prazos inferiores a 120 (cento e vinte) dias o presidente será substituído pelo vice-presidente.

§ 2º. Nos impedimentos por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, o secretário será substituído por conselheiro escolhido em reunião do conselho de administração.

§ 3º. Em caso de renúncia ou afastamento do presidente por período superior a 120 (cento e vinte dias) dias salvo o caso previsto no artigo 30º § 5º a vaga será preenchida em ordem hierárquica da composição original da diretoria, obedecendo ao seguinte:

- a) Na vaga do presidente assume o vice-presidente;
- b) Na vaga do vice-presidente assume o secretário;
- c) O secretário será substituído pelo 1º conselheiro;
- d) Os demais conselheiros assumirão também na forma hierárquico sendo comunicado ao 1º suplente para que assumam a vaga em aberto.

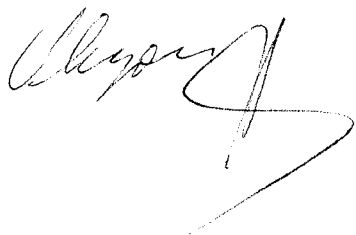
§ 4º. Na vacância definitiva dos cargos dos conselheiros deverá o presidente dentro de 30 (trinta) dias, convocar suplentes para preenchimento dos cargos, e estes exercerá o mandato pelo prazo que restar aos seus antecessores.

§ 5º. Se ficarem vagos por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do conselho de administração por mais de cento e vinte dias, deverá o presidente ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga, dentro de trinta dias, convocar a assembleia geral para preenchimento dos cargos, e os escolhidos, exercerão o mandato pelo prazo que restar aos seus antecessores.

§ 6º. Perderá automaticamente o cargo o membro do conselho que, sem justificativa, faltar a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas durante o exercício.

Art. 33º. Compete ao conselho de administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da assembleia geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Coopermila e controlar os resultados.

§ 1º. No desempenho das suas funções, cabe ao conselho de administração, entre outras, as seguintes atribuições:



a) programar as operações e serviços, estabelecendo qualidade e fixando quantidades, valores, encargos, taxas e demais condições necessárias à sua efetivação;

b) estabelecer, em instruções e regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação e abusos cometidos contra disposições da lei, do estatuto ou das regras de relacionamento com a Coopermila que venham a ser expedidas em suas reuniões;

c) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e dos serviços;

d) estimar previamente a rentabilidade das operações bem como a sua viabilidade;

e) fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;

f) contratar assessoramento técnico ou comercial, bem como o pessoal de confiança para efetuar a organização dos meios de controle da Coopermila;

g) formar normas e disciplinas funcionais;

h) julgar os recursos formulados pelos empregados, contra decisões disciplinares tomadas pela administração;

i) avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da Coopermila;

j) estabelecer as normas para funcionamento da Coopermila;

k) contratar, se fizer necessário, serviço independente de auditoria;

l) indicar o banco ou bancos nos quais devem ser feitos os depósitos dos numerários da Coopermila, fixando os limites máximos de depósitos;

m) estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico e financeiro da Coopermila, o desenvolvimento das operações e serviços em geral, através de balancetes de contabilidade e de demonstrativos específicos;

n) deliberar sobre demissão, eliminação ou exclusão de associados;

o) deliberar sobre a convocação da assembleia geral;

p) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da Coopermila, sempre com expressa autorização da assembleia geral;

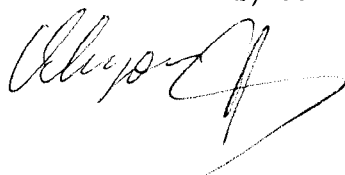
q) contratar seguros de imóveis, veículos e estoques;

r) zelar pelo cumprimento da doutrina e das leis cooperativistas, do estatuto e de outras normas da Coopermila;

Art. 34º. Ao presidente cabem as seguintes atribuições:

a) supervisionar as atividades da Coopermila, através de contatos assíduos com os conselheiros de administração, conselheiros fiscais e assessores administrativos dos vários setores;

b) verificar freqüentemente o saldo do caixa;



c) assinar cheques bancários juntamente com outro servidor indicado pelo conselho de administração para tal fim;

d) assinar em conjunto com o secretário ou outro conselheiro designado para tal fim, pelo conselho de administração, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

e) convocar e dirigir as reuniões do conselho de administração, bem como as assembleias gerais dos associados;

f) apresentar à assembleia geral ordinária todos os assuntos da ordem do dia;

g) representar ativa e passivamente a Coopermila, em juízo ou fora dele;

h) elaborar o plano de atividades da Coopermila.

Art. 35º. Ao vice-presidente cabe, interessar-se pelo trabalho do presidente, substituindo-o em seus impedimentos em todas as suas funções por prazos inferiores a cento e vinte dias.

Art. 36º. Ao secretário cabem as seguintes atribuições:

a) secretariar e lavrar as atas das reuniões e assembleias gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes ao quadro social;

b) assinar, juntamente com o presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações da Coopermila.

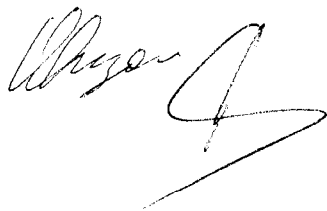
Capítulo XI DO CONSELHO FISCAL

Art. 37º. A administração da Coopermila será fiscalizada assídua e minuciosamente por um conselho fiscal constituído de três membros efetivos e três membros suplentes, todos associados eleitos anualmente pela assembleia geral, sendo permitida a reeleição de um terço dos seus membros.

Parágrafo único. Não podem fazer parte do conselho fiscal, além das pessoas inelegíveis enumeradas no art. 31º deste estatuto, os parentes entre si com os componentes do conselho de administração, até o segundo grau em linha reta ou colateral.

Art. 38º. O conselho fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 1º. O conselho fiscal, em sua primeira reunião, escolherá, dentre seus membros efetivos, um coordenador, incumbido de convocar as reuniões e um secretário.



§ 2º. As reuniões poderão ser convocadas ainda por qualquer um de seus membros, por solicitação do conselho de administração ou da assembleia geral.

§ 3º. Na ausência do coordenador, a reunião será dirigida por seu substituto escolhido na reunião.

§ 4º. As deliberações serão tomadas por maioria simples de voto dos presentes, e constarão da ata lavrada em livro próprio ou em páginas produzidas por meio eletrônico, lida aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos fiscais presentes.

Art. 39º. Ocorrendo três ou mais vagas no conselho fiscal, os restantes deverão comunicar imediatamente a vacância ao conselho de administração, que convocará a assembleia geral para o preenchimento dos cargos vagos.

Art. 40º. O conselho fiscal exercerá assídua fiscalização sobre as atividades e serviços da Coopermila e ações do conselho de administração cabendo-lhe as seguintes tarefas:

a) conferir mensalmente o saldo do numerário existente em caixa, verificando também se está dentro dos limites estabelecidos pelo conselho de administração;

b) verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Coopermila;

c) verificar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões do conselho de administração;

d) verificar se as operações e os serviços prestados correspondem em número, qualidade e valores, às previsões feitas de conformidade com a conveniência econômica e financeira da Coopermila;

e) certificar-se se o conselho de administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;

f) verificar se existem reclamações dos associados quanto aos serviços prestados e à condução da Coopermila;

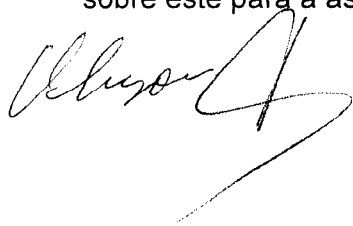
g) inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;

h) averiguar se há problemas com empregados;

i) certificar-se da existência de exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem como quanto aos órgãos do cooperativismo;

j) averiguar se os estoques de materiais, produtos e equipamentos estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;

k) estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do conselho de administração, emitindo parecer sobre este para a assembleia geral;



l) dar conhecimento ao conselho de administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à assembleia geral, ou às autoridades competentes, as irregularidades constatadas e convocar a assembleia geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo único. Para os exames e verificação dos livros contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o conselho fiscal solicitar o assessoramento de terceiros especialistas e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, correndo as despesas por conta da Coopermila.

Capítulo XII DAS ELEIÇÕES

Art. 41º. As eleições do conselho de administração e do conselho fiscal serão realizadas através de assembleia geral obedecida as disposições legais, estatutárias e as contidas neste capítulo.

Art. 42º. O conselho de administração, juntamente com o conselho fiscal, acompanhará o processo de registro e validação das chapas, bem como se responsabilizará pela organização da eleição.

Art. 43º. Os associados interessados no concurso a cargo social para os conselhos de administração e fiscal deverão compor chapas que deverão ser inscritas junto à administração da Coopermila com antecedência mínima de cinco dias da realização da assembleia geral.

§ 1º. As chapas serão inscritas distintamente para o conselho de administração ou para o conselho fiscal, podendo ser apresentadas juntas ou individualmente, e somente serão aceitas se:

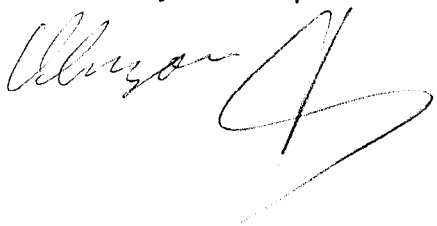
- a) estiverem completas de acordo com este estatuto;
- b) houver a concordância por escrito de seus componentes em participar dos referidos conselhos.

§ 2º. Se ocorrer impedimento de qualquer nome, os membros da chapa serão notificados para substituição dos impedidos, devendo a substituições serem apresentadas até cinco dias antes da realização da assembleia.

§ 3º. Além dos quesitos citados no parágrafo anterior, devem acompanhar o pedido de registro os documentos exigidos pela legislação para comprovação das condições de elegibilidade e exercício de cargo.

§ 4º. As votações serão em horário previamente estabelecido em edital de convocação e através de voto secreto salvo determinação diversa da assembleia nos casos em que ocorra apresentação de chapa única.

§ 5º. A posse dos eleitos ocorrerá 5 (cinco) dias após a eleição não podendo exceder o ultimo dia do mês de março, circunstancia em resultará na redução deste prazo.



Art. 44°. No ato do lançamento do edital de convocação de assembleia geral a Coopermila disponibilizará lista de associados em papel ou meio magnético aos interessados.

Parágrafo único. Caso o site da coopermila esteja em funcionamento deverá estar disponível estas relações no mesmo.

Art. 45°. No caso de haver chapa única, esta, para ser considerada eleita, deverá receber, pelo menos, cinquenta por cento, mais um dos votos válidos do pleito.

Parágrafo único. Se a chapa única não atingir o número mínimo estipulado no "caput" deste artigo, o conselho de administração deverá convocar imediatamente nova assembleia geral, com prazos e condições previstos neste estatuto, para realização de nova eleição.

Capítulo XIII

DO BALANÇO, FUNDOS, SOBRAS E PERDAS

Art. 46°. O balanço patrimonial geral incluindo o confronto da receita e despesa será efetivado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações e serviços.

Art. 47°. A Coopermila se obriga a constituir.

a) o fundo de reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de dez por cento das sobras líquidas verificadas no exercício;

b) o fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de dez por cento das sobras líquidas do exercício;

c) o fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de cinquenta por cento das sobras líquidas verificadas no exercício.

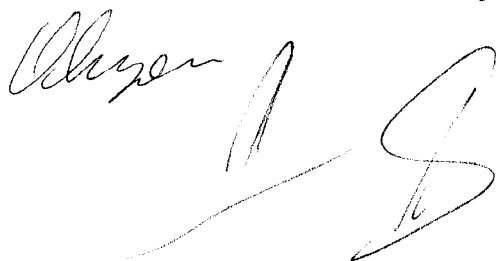
§ 1°. Os serviços de assistência técnica, educacional e social a serem atendidos pelos respectivos fundos, poderão ser executados através de convênios com entidades especializadas.

§ 2°. Para utilização do fundo de assistência técnica e social deve ser apresentado o plano de aplicação à assembleia geral e por ela ser aprovado.

Art. 48°. Além da taxa de dez por cento das sobras líquidas apuradas no exercício, reverterão em favor do fundo de reserva.

a) os créditos não reclamados, decorridos cinco anos;

b) os auxílios e doações sem dotação especial.



Art. 49º. Os resultados das operações com não associados reverterão em sua totalidade, depois de descontados os impostos pertinentes, ao fundo de assistência técnica, educacional e social.

Parágrafo único. Caso sejam apuradas perdas em operações com não associados estas deverão ser abatidas do fundo de reserva legal.

Art. 50º. Os fundos são indivisíveis entre associados, devendo em caso de liquidação da Coopermila reverter conforme legislação vigente.

Parágrafo único. Também é indivisível entre os associados o saldo da conta reserva de reavaliação enquanto não realizada.

Art. 51º. As despesas do serviço de distribuição de energia elétrica da "Coopermila" serão cobertas pelos associados na direta proporção do usufruto dos serviços, quando não cobertos pelo pagamento das tarifas homologadas pela ANEEL.

Parágrafo único. Despesas eventuais não vinculadas ao serviço serão rateadas em partes iguais entre todos os associados que tenham usufruído ou não dos serviços da Coopermila durante o exercício e não servirão de custos para base tarifária.

Art. 52º. As sobras líquidas da Coopermila apuradas no exercício serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberações adversas da assembleia geral.

Art. 53º. As perdas de cada exercício apurados no balanço serão cobertos pelo fundo de reserva.

Parágrafo único. Se, porém, o fundo de reserva não for suficiente para cobrir as perdas referidas neste artigo, estas serão rateadas entre os associados de acordo o contido no artigo 51º.

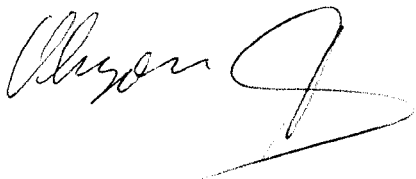
Capítulo XIV DOS LIVROS

Art. 54º. A Coopermila deverá ter os seguintes livros:

- I) de matrícula,
- II) de atas das assembleias gerais;
- III) de atas do conselho de administração;
- IV) de atas do conselho fiscal;
- V) de presença dos associados nas assembleias gerais.
- VI) outros fiscais e contábeis obrigatórios.

§ 1º. É facultada a adoção dos livros previstos nos itens I a V em folhas soltas ou fichas, produzidas por meio eletrônico, desde que preservado o armazenamento, a inviolabilidade e a durabilidade das informações.

§ 2º. No livro ou ficha de matrículas dos associados deverão constar os seguintes dados:



- a) o nome, data de nascimento, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- b) a data da admissão e quando for o caso da sua demissão, exclusão ou eliminação;
- c) a conta corrente de suas cotas-partes do capital.

Capítulo XV

DA DISSOLUÇÃO DA COOPERATIVA

Art. 55º. A Coopermila se dissolverá voluntariamente, salvo se vinte pessoas físicas se dispuserem a assegurar sua continuidade quando:

- a) tenha alterado sua forma jurídica;
- b) quando o seu número de associados se reduzir a menos de vinte pessoas físicas ou o seu capital mínimo se tornar inferior ao estipulado no art. 14 deste estatuto, salvo restabelecimento pela assembleia geral dentro de seis meses;
- c) pelo cancelamento da autorização ou funcionamento;
- d) paralisar suas atividades por mais de cento e vinte dias.
- e) a conta corrente de suas cotas-partes do capital.

Parágrafo único. Quando a dissolução da Coopermila não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida deverá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado.

Capítulo XVI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

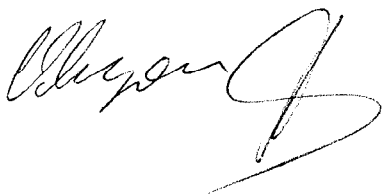
Art. 56º. Em caso de liquidação da Coopermila, depois de concluídas as tarefas de apuração do ativo e liquidação do passivo, os remanescentes deverão ser recolhidos conforme legislação vigente.

Art. 57º. O mandato do conselho de administração perdurará até a assembleia geral ordinária a ser realizada no ano de 2009.

Art. 58º. A Coopermila é aderente à autogestão do cooperativismo catarinense.

Art. 59º. As disposições contidas no presente estatuto entram em vigor a partir da sua aprovação.

Parágrafo único. A disposição contida na alínea "b" do art. 31º introduzida pela reforma estatutária de 25 de abril de 2008 não tem efeito retroativo, sendo, portanto permitida aos membros do conselho de administração com mandato em curso naquela data candidatarem-se para mandatos sucessivos ao conselho de administração em 2009 e 2013.


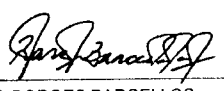


Lauro Müller, 20 de março de 2011.


Alcimar Damiani de Brida
Presidente


Oclandio Mazon
Secretário

Estatuto aprovado pela assembleia geral conjunta extraordinária e ordinária
realizada em 20 de março de 2.011.

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/06/2011 SOB N°. 20111859301 Protocolo: 11/185930-1, DE 17/06/2011
Empresa: 42 4 0000207 2 COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO LAURO MULLER (COOPERMILA)	 BLASCO BORGES BARCELLOS SECRETÁRIO GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA - JUCESC



11/185930-1